

Pedro Penteadó

**A DOCUMENTAÇÃO ACUMULADA NAS CONFRARIAS E
MISERICÓRDIAS DE PORTUGAL: PROBLEMAS E SO-
LUÇÕES**

“Hasta el momento presente, las cuestiones documentales han sido las grandes olvidadas de Hermandades y Cofradías... Los papeles han llegado a convertirse para la mayoría de ellas en un auténtico problema por las dificultades que originan de espacio, gestión, tiempo, conservación e, incluso, de limpieza ... toda expresión documental que ha perdido su vigencia jurídico-administrativa pasa a perder la atención de su productor, revelándose desde entonces como un auténtico problema”.

A. J. López Gutiérrez e J. Rodríguez Mateos¹

0. OBJECTIVO E PERCURSO EXPOSITIVO

O presente artigo tem como principal objectivo analisar o problema da documentação acumulada nas confrarias e misericórdias de Portugal e apontar as soluções metodológicas que se defendem para a sua resolução, com particular destaque para a identificação e avaliação das grandes massas documentais (não tratadas) que são armazenadas por estas instituições. Para o efeito, começamos por apresentar uma síntese das funções e do percurso histórico das confrarias e misericórdias portuguesas, bem como uma resenha de informações que nos permitem compreender o contexto geral do problema enunciado, centrando depois a nossa atenção das correntes teórico-metodológicas existentes no país sobre a avaliação e em algumas experiências concretas que se encontram em curso.

1. CONFRARIAS E MISERICÓRDIAS: ENTRE O PASSADO E O PRESENTE

As confrarias foram uma das instituições de maior reputação e aceitação social em Portugal, na Época Moderna. De norte a sul do país, em quase todas as comunidades, existiram diversas confrarias que, umas mais do que outras, foram fundamentais para reforçar os elos da solida-

¹ Antonio J. LÓPEZ GUTIÉRREZ e J. RODRÍGUEZ MATEOS, *Los archivos de las hermandades religiosas. Manual de organización de fondos*. Sevilla: GEA, 1993, p. 31.

riedade humana e da fraternidade cristã, garantindo formas de atenuar as dificuldades materiais dos homens, principalmente em situações de fome, de doença, de pobreza ou de cativeiro; amparando crianças, inválidos e idosos; enterrando os mortos e orando por eles; acolhendo peregrinos e viajantes; etc. Por outro lado, como expressão orgânica aceite pela Igreja para enquadrar a vida religiosa dos leigos, elas contribuíram ainda para o fortalecimento da vivência do Catolicismo, não apenas através de uma prática caritativa baseada no amor ao próximo como forma de assegurar a salvação individual, mas também através da orientação doutrinal dos fiéis, do estímulo da procura dos sacramentos, do culto dos mortos, e do exercício de outras actividades devocionais e piedosas. Do ponto de vista social, apesar de muitas vezes legitimarem e adensarem as diferenças existentes na sociedade, as confrarias tiveram ainda um papel relevante na construção da identidade dos vários grupos que as compunham, reforçaram os processos de integração e de coesão comunitária e multiplicaram os tempos, espaços e formas de sociabilidade, principalmente em torno das festas e celebrações religiosas. Não é ainda de menosprezar a sua capacidade de intervenção política, nomeadamente através da criação de maiores oportunidades de exercício do poder ao nível local, factor que muito contribuiu para o seu sucesso.

De entre todas as confrarias portuguesas, de diferentes tipologias², as mais importantes foram as misericórdias, confrarias dedicadas à Virgem da Misericórdia, criadas à semelhança da que foi estabelecida em Lisboa, em 1498, com “permissão e comssentimento e mandado” da rainha D. Leonor e o apoio do rei. O seu aparecimento, no contexto das importantes mudanças que ocorreram no final da centúria de Quatrocentos, viria a dar nova configuração à prática caritativa confraternal da Época Moderna. Entre estas mudanças conta-se, em primeiro lugar, uma maior intervenção da Coroa no domínio da assistência³, em geral, e das confrarias, em particular, nomeadamente na definição dos seus padrões de

² Sobre estas e as suas tipologias, *cf.* o nosso artigo «Confrarias». In: Carlos A. M. AZEVEDO (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa, 2000. Vol. I, pp. 459-470.

³ Às informações do contexto político e assistencial devem ser adicionada a espiritualidade que esteve na origem das confrarias da Virgem da Misericórdia em Portugal e que foi estudada mais recentemente, com pertinência e rigor, por Ivo CARNEIRO DE SOUSA, *Da descoberta da misericórdia à fundação das Misericórdias (1498-1525)*. S.l., 1999, pp. 167-168.

organização e funcionamento. Este aspecto está bem patente na reforma das instituições hospitalares e de auxílio material e espiritual aos mais desprotegidos, desenvolvida desde o reinado de Afonso V e, de modo mais sistemático, por D. Manuel, através do estabelecimento de hospitais gerais, fundados com o patrocínio régio, a partir da incorporação dos pequenos hospitais das confrarias, como sucedeu em Lisboa com o Hospital de Todos-os-Santos. Foram no mesmo sentido as intervenções da Coroa para regular e fiscalizar a gestão destas instituições, sob o pretexto das tornar mais eficazes na prossecução dos seus fins e anular situações de negligência no cumprimento das obrigações pias e cultuais, cada vez mais frequentes ao longo do século XV. No caso das confrarias, esta intervenção fez-se sobretudo através da elaboração de novos compromissos e da reforma dos antigos, da inventariação dos seus bens e propriedades em vários pontos do país, do crescente controle das contas das irmandades por parte dos oficiais régios e da codificação dos seus métodos de actuação, traduzida pela publicação do *Regimento como os contadores das comarcas hão de prover sobre as capelas, hospitais, albergarias, confrarias*, de 1514⁴.

A face mais visível desta intervenção da Coroa foi, sem dúvida, o estímulo e o patrocínio de D. Manuel à difusão das confrarias da Misericórdia por todo o país, a partir do modelo da de Lisboa. Com efeito, a expansão das misericórdias, surgiu como o produto da vontade política do monarca que, em 1499 e 1500, enviou várias “cartas às câmaras municipais exortando-as a seguir o exemplo de Lisboa”, procurando assim “dotar o reino de instituições, se não totalmente homogeneizadas, pelo menos obedecendo a um padrão comum, fornecido pelo compromisso da Misericórdia” da capital⁵. A implantação destas irmandades nas vilas e

⁴ Sobre o papel deste regimento na padronização do funcionamento dos hospitais do Reino, cf. Isabel DOS GUIMARÃES SÁ, «A reorganização da caridade em Portugal em contexto europeu (1490-1600)». *Cadernos do Noroeste*. Vol. 11, (2), 1998, p. 49.

⁵ Este aspecto constitui uma das especificidades das misericórdias em termos europeus. Apenas a partir de 1806 as misericórdias do país foram obrigadas a seguir o de Lisboa. A citação do texto foi retirada de Isabel DOS GUIMARÃES SÁ, *Quando o rico se faz pobre: misericórdias, caridade e poder no império português. 1500-1800*. Lisboa, 1997, p. 59. Sobre os compromissos da Misericórdia de Lisboa adaptados à realidade local ou seguidos de uma forma mais rigorosa a partir do início do século XIX, cf. Joaquim VERÍSSIMO SERRÃO, *A Misericórdia de Lisboa. Quinhentos anos de História*. Lisboa, 1998, com transcrições destes documentos nas pp.

(cont.)

idades portuguesas, facilitada pelos privilégios concedidos pela Coroa e, mais tarde, pela figura jurídica da protecção régia, fez-se muitas vezes à custa da supressão das confrarias secularmente estabelecidas ao nível local. Noutros casos, estas confrarias coexistiram, mas a presença das misericórdias (ou Santas Casas) retirou-lhes prerrogativas, como a de poderem conduzir os mortos à sua sepultura, aspecto em que a lei favorecia as irmandades leonorinas, dando origem, dessa forma, a importantes conflitos institucionais. Pode afirmar-se que, neste sentido, as misericórdias foram reduzindo o campo de actuação das restantes confrarias locais em matéria caritativa, remetendo o seu domínio de implantação principalmente para a esfera devocional, no âmbito dos espaços paroquiais e dos centros de peregrinação⁶. Esta estratégia teve o aval da Coroa que facilitou ou incentivou a passagem gradual da maior parte dos hospitais do Reino para as misericórdias, sobretudo a partir da década de 1560. Muitos dos municípios e das confrarias que os detinham viram-se desapossadas deles ainda no século XVI, embora em algumas localidades tenham existido hospitais que permaneceram ainda durante muito tempo ligados a confrarias. Neste contexto, foi enorme o sucesso da implantação das Santas Casas, com uma centena de misericórdias sedeadas em território português, em apenas um século, para já não referir a sua expansão nos domínios ultramarinos portugueses, desde Ceuta ao Oriente e ao Brasil⁷.

Diversos factores concorreram para esta capacidade de afirmação das misericórdias na sociedade portuguesa, protagonizando o apoio aos desprotegidos. Para além dos que já referimos, destacaríamos ainda o facto destas associações terem um campo de actuação mais vasto e completo que as suas congéneres medievais, alargando o auxílio, para além da esfera confraternal, aos mais carenciados, e à prática das catorze obras de misericórdia, enunciadas como o fim principal destas confrarias, desde o primitivo compromisso da Misericórdia de Lisboa. De entre as referidas

585-596 (ano de 1502), 597-609 (ano de 1516), 615-673 (ano de 1618) e ainda 573-583 (cópia manuscrita para a Misericórdia de Coimbra, de 1500). Não consta da obra o texto do compromisso de 1577. Alguns destes documentos foram impressos e reeditados, tendo, desta forma, grande divulgação no país.

⁶ Sobre estas confrarias, do século XVI em diante, cf. ainda o nosso artigo «Confrarias». In: *Dicionário de História...*, concretamente pp. 463-470.

⁷ Cf. Isabel DOS GUIMARÃES SÁ, «As misericórdias no Império Português [1500-1800]». In: *500 anos das misericórdias portuguesas. Solidariedade de geração em geração*. Lisboa, 2000, pp. 101-132.

obras, que permitiam ao fiel cristão, através do auxílio ao próximo, alcançar a salvação da sua alma, as que tiveram maior alcance foram as de âmbito material, que estipulavam a obrigação de remir cativos e presos, visitar e curar os enfermos, cobrir os nus, dar de comer aos famintos, dar de beber aos que tinham sede, dar pousada aos peregrinos e pobres e enterrar os finados.

Não cabe no âmbito deste artigo identificar em profundidade a extensão das obras praticadas no seio das confrarias, as cambiantes e a importância que assumiram ao longo do tempo. Contudo, gostaríamos de realçar a quebra da sua importância a partir de meados do século XVIII e, sobretudo, a partir das medidas políticas do regime liberal, instaurado a partir da primeira metade da década de 1830, ou mesmo do regime republicano, criado em 1910, as quais vieram cercear a importância social que muitas destas associações ainda detinham. Entre estas medidas conta-se a lei de desamortização de 22 de Junho de 1866, através da qual o Estado mandou vender os bens que lhes pertenciam, bem como os dos recolhimentos, hospitais e outras instituições, obrigando à aplicação do seu produto em títulos de dívida pública ou papéis de crédito. No caso das misericórdias, por exemplo, esta directiva, sobretudo devido à desvalorização da moeda, provocou o decréscimo da sua capacidade económica, contribuindo de forma decisiva para o enfraquecimento da sua acção de apoio aos desvalidos, conduzindo-as à penúria ou até, em alguns casos, a processos de extinção. Apesar destas dificuldades, no final da Monarquia, no início do século XX, uma boa parte da rede de assistência continuava a assentar nos hospitais, recolhimentos, asilos e outros serviços criados pelas 286 misericórdias então existentes, que se distribuíam pela maior parte dos concelhos do país, garantindo ajuda a uma parte considerável da população mais carenciada.

Apesar deste privilegiar as associações religiosas beneficentes, em detrimento das culturais, a verdade é que as medidas políticas republicanas não trouxeram melhorias substanciais à vida das misericórdias, que continuaram sem as condições económicas e patrimoniais adequadas ao exercício da sua acção assistencial. Apenas em meados da década de 1920, o Estado procurou encontrar soluções para estes condicionalismos. O decreto n.º 10242, de 1 de Novembro de 1924, que regulamentava diversos diplomas, reconhecia a autonomia administrativa das misericórdias como organismos beneficentes de carácter privado sob fiscalização do Estado, e concedia um lugar privilegiado às que pretendiam aderir aos financiamentos públicos, tornando-as instituições concelhias de assistência oficial, dado que para obterem esses apoios eram obrigadas

a prestar, na área do respectivo município, um conjunto de serviços definidos superiormente. Entre eles, contava-se a ajuda aos miseráveis e aos doentes em hospitais ou domicílios, a protecção de grávidas e recém-nascidos, o fornecimento de sistemas de ensino e de apoio à primeira infância desvalida, e a “assistência aos velhos e inválidos de trabalho, caídos na indigência”. Esta “municipalização” das misericórdias e crescente dependência face aos subsídios estatais estimulou o aparecimento de novas Santas Casas, possibilitou a diversificação de áreas de actuação (sopa dos pobres, lactários, semi-internatos, patronatos, etc.) e contribuiu para a afirmação dos serviços prestados pelos seus postos médicos e hospitais que, durante o Estado Novo, compunham a principal rede de cuidados de saúde do país. Basta recordar que na década de 1960, as misericórdias detinham “um hospital central, o de Santo António do Porto, todos os regionais e a quase totalidade dos sub-regionais”⁸.

O regime saído da revolução de Abril de 1974, através do decreto-lei n.º 618/75, de 11 de Novembro, procedeu à nacionalização dos hospitais das misericórdias, ameaçando-as de extinção nos casos em que, após este processo, se verificasse que deixavam “de manter qualquer estabelecimento ou actividade integrada na política social aprovada pelo Governo”. Para ajudar a fazer face a esta conjuntura política adversa, foi criada a União das misericórdias Portuguesas, após o V Congresso destas irmandades (1976), que preconizava a revisão do corpo legislativo que afectava a vida das misericórdias. Esta revisão foi conseguida, em primeiro lugar, com a publicação do decreto-lei 519-G/79 e, sobretudo, a sua reformulação através do decreto-lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, que definiu o estatuto das instituições particulares de solidariedade social, no qual as misericórdias se poderiam inserir, conseguindo financiamentos públicos para projectos assistenciais, reduzindo as formas de tutela estatal sob a sua actividade administrativa. Na década de 1980 foi ainda possível restabelecer o processo de retorno dos hospitais para as misericórdias que, contudo, não incluiu o de Santo António do Porto, nem os de âmbito distrital. Também do ponto de vista canónico, as misericórdias procuraram definir a sua situação jurídica, reivindicando para si o estatuto de associações privadas de fiéis.

Actualmente, existem 384 misericórdias activas no continente e ilhas, prestando apoio social a mais de 100 mil pessoas, destacando-se as

⁸ Carlos DINIZ DA FONSECA, *História e actualidade das Misericórdias*. Lisboa: Inquérito, 1996, p. 204.

valências que implicam ajuda a idosos (lares, centros de dia e apoio domiciliário), ou a crianças (jardins de infância e creches), que existem em grande parte destas instituições. As misericórdias participam ainda na aplicação de programas governamentais de combate à pobreza e à exclusão social, como o Rendimento Mínimo Garantido, constatando-se também o seu interesse por novas áreas funcionais, como o apoio aos desempregados e a formação profissional, ou a valorização do seu património cultural, com a criação de serviços de biblioteca, de arquivo e de museu, a publicação de obras histórico - documentais ou a promoção de iniciativas culturais e de exposições, destacando-se as realizadas no âmbito da comemorações do V aniversário da fundação das misericórdias.

Pelos motivos apresentados, as misericórdias têm um papel relevante no conjunto das instituições particulares de solidariedade social (IPSS) existentes no país, que incluem ainda, entre outros tipos de instituições, algumas confrarias que tiveram anteriormente funções devocionais, como é o caso da Confraria de Nossa Senhora da Nazaré, a que aludiremos adiante. É, pois, a este grupo de organismos que simultaneamente têm o estatuto de IPSS's, o mais dinâmico no universo confraternal português, que se refere o presente artigo. Nele procuramos definir alguns aspectos do sistema de arquivos deste tipo de instituições, chamando a atenção para um dos problemas que mais o afecta - a "documentação acumulada", bem como os riscos que ela comporta para a salvaguarda da memória arquivística confraternal.

2. MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: ARQUIVOS HISTÓRICOS VERSUS DOCUMENTAÇÃO ACUMULADA

Nas últimas duas décadas, diversas confrarias e misericórdias portuguesas desencadearam trabalhos de salvaguarda, tratamento e valorização do património arquivístico à sua guarda, dando origem à constituição de diversos arquivos históricos⁹. De acordo com os dados disponíveis fornecidos pela União das Misericórdias Portuguesas (UMP)¹⁰, existem no

⁹ Alguns foram desenvolvidos ao abrigo de um protocolo assinado entre o ex-Instituto Português do Património Cultural, o Instituto do Emprego e Formação profissional e a União das Misericórdias Portuguesas, assinado em 30 de Junho de 1982.

¹⁰ Estes dados necessitam, contudo, de aferição, pois a UMP não apresentou os critérios nem o grau de sistematização que estiveram na base da sua recolha, (cont.)

país¹¹ 66 arquivos de misericórdias com documentação histórica¹².

Neste número estão já incluídas algumas das que têm actualmente o seu património documental à guarda de arquivos municipais ou distritais, a título de depósito. Para além desta situação, a maior parte das misericórdias (e uma ou outra confraria) contribuíram para a identificação do seu património arquivístico, colaborando com o Estado no âmbito do seu recenseamento, levado a cabo na primeira metade da década de 1990¹³.

Em ambas as situações, na maior parte dos casos, à excepção de algumas séries mais relevantes¹⁴, não foi abrangida a documentação contemporânea mais recente, considerada desprovida de “interesse histórico”.

Nos poucos casos em que esta foi recebida nos arquivos definitivos, não se procedeu à sua avaliação, de modo a identificar aquela que não possuía interesse para conservar permanentemente¹⁵, por ausência de

publicada no chamado “livro branco” (*Misericórdias de Portugal*. Lisboa: UMP, 2000. 2 vols.)

¹¹ Não inclui os dados das ilhas dos Açores e da Madeira.

¹² Na realidade, a recolha apenas se refere a bibliotecas e arquivos, sendo de supor, pelos dados apresentados, que se tratam daquelas que possuem património arquivístico.

¹³ Trata-se do Projecto *Recenseamento dos arquivos locais*, integrado no Inventário do Património Cultural Móvel, uma iniciativa estatal pressionada pela abertura de fronteiras internas da Comunidade Europeia em 1993 e pela necessidade de proteger a exportação ilícita de documentos de arquivo. José MARIZ (coord.), *Recenseamento dos arquivos locais: câmaras municipais e misericórdias*. Lisboa: Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1995-2001, 14 vols. (obra em continuação). Foram publicadas recensões e notas críticas à obra por José SUBTIL [*Penélope. Fazer e Desfazer a História*. N.º 17 (1997), p. 217-219], Armando MALHEIRO DA SILVA, [*Caderno de Estudos Municipais*. N.º 4-6, (1995-1996), p. 167-171] e Pedro PENTEADEO [*Patrimónia. Identidade, Ciências Sociais, e fruição cultural*. N.º 1, (Outubro de 1996), p. 49-52].

¹⁴ Estas séries são geralmente alvo de uma selecção subjectiva e não sistemática.

¹⁵ Na perspectiva de Antonio J. LÓPEZ GUTIÉRREZ e Joaquín RODRÍGUEZ MATEOS, “*La ausencia... del archivo intermedio origina que este único archivo de la Hermandad aglutine, por ejemplo, a documentos tan dispares como actas ya centenarias con expedientes tramitados hace apenas unos años... Es, en suma, una simbiosis del archivo intermedio y del archivo histórico*” (*Los archivos de las hermandades...*, p. 45).

valor arquivístico¹⁶.

Quadro I. *Lista provisória das misericórdias com arquivo e biblioteca*¹⁷ Portugal continental

<i>Misericórdia</i>	<i>Distrito</i>
Aveiro, Sangalhos	Aveiro
Alvito, Ourique	Beja
Cabeceiras de Basto, Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Vila Verde	Braga
Torre de Moncorvo, Vila Flor	Bragança
Castelo Branco, Fundão, Sarzedas, Soalheira	Castelo Br.
Cantanhede, Coimbra, Condeixa, Montemor-o-Velho ¹⁸ , Penela, Soure	Coimbra
Estremoz, Montemor-o-Novo, Mora, Mourao	Évora
Faro, Moncarapacho, Tavira	Faro
Trancoso	Guarda
Peniche ¹⁹	Leiria
Alverca, Cascais, Ericeira, Sintra	Lisboa
Alter do Chão, Avis, Cabeço de Vide, Campo Maior, Montargil	Portalegre
Amarante, Azurara, Matosinhos, Penafiel, Porto, Póvoa de Varzim, Valongo, Vila do Conde	Porto
Golegã, Santarém, Tomar, Torres Novas	Santarém
Alcácer do Sal, Almada, Sesimbra	Setúbal
Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo	Viana do C.
Chaves e Boticas, Mesão Frio, Vila Real	Vila Real
S. João da Pesqueira, Viseu	Viseu

A maioria da documentação que não foi integrada nestes conjuntos, ou que não foi identificada nos contextos referenciados, não viu recon-

¹⁶ Tomamos, por agora, este e outros conceitos dominantes em Portugal e consignados no Ivone ALVES et al., *Dicionário de Terminologia Arquivística*. Lisboa: IBL, 1993. Contudo, temos em consideração as críticas ao uso das noções de valor elaboradas a partir da teoria “schellenbergiana”.

¹⁷ Devemos a recolha destes dados à Dr.ª Silvana Pires, a quem agradecemos. Os dados foram parcialmente filtrados a partir das visitas efectuadas técnicas a diversas misericórdias, no âmbito do Projecto “Portugaliae Monumenta Misericordiarum” (UMP/CEHR). Note-se, contudo, que nalguns casos, (ex.º de Penafiel e Viana do Castelo, os arquivos foram confiados, por depósito, à guarda do arquivo municipal e distrital, respectivamente).

¹⁸ Este dado necessita de ser confirmado, pois não sabemos que resultados tiveram as inundações do Mondego de 2001 no arquivo desta Misericórdia.

¹⁹ Em relação ao “livro branco”, retirámos o caso de Óbidos, pois segundo informações do primeiro semestre de 2001, a instituição estaria ainda a preparar uma organização do arquivo.

hecida, aparentemente, uma importância imediata nem um interesse suficiente para constituir a memória arquivística das misericórdias. Por isso, foi sendo remetida descontroladamente para espaços secundários, para locais sem o mínimo de condições adequadas para a sua preservação (com risco de incêndio e/ou inundação, favoráveis ao desenvolvimento de infestações, etc), instalada em armazéns, arrecadações, caves ou sótãos, muitas vezes à mistura com resíduos da actividade das misericórdias. A estes acervos, votados ao abandono e ao esquecimento institucional, juntaram-se frequentemente remessas desordenadas e descontextualizadas de documentos sem utilização administrativa imediata, retirados dos arquivos correntes das misericórdias ou provenientes de organismos e serviços extintos, à mistura com antiga legislação impressa, publicações técnicas e material bibliográfico desactualizado, acentuando-se assim o desinteresse e o desprezo por estes vastos conjuntos de documentação, considerados de fraca utilidade. Contudo, encontra-se nestes muita informação de importância histórica, fundamental para compreender períodos fulcrais da vida das misericórdias nacionais (ex.º: nacionalização dos hospitais e reconfiguração das suas actividades, na segunda metade dos anos 70, a que já aludimos) ou para entender as diferentes vagas de políticas sociais (ex.º assistência social durante o Estado Novo), para já não referir documentação que mantém utilidade do ponto de vista administrativo. Por outras palavras, é remetida para uma área de esquecimento um conjunto de informação que pode responder com eficácia a necessidades organizacionais básicas, inclusive no domínio da gestão estratégica deste tipo de instituições, num contexto de Economia Social.

Este tipo de situação, que denunciam uma clara falta de investimento, durante décadas, em políticas e programas sistemáticos de gestão da informação arquivística, constituem um dos grandes problemas das principais confrarias e misericórdias portuguesas. A solução que preconizamos para a sua resolução implica a identificação e avaliação da documentação acumulada, entendida como uma forma de ultrapassar os constrangimentos provocados por uma gestão ineficaz do sistema de informação e um modo de salvaguardar, entre outros aspectos, o futuro da documentação que possui valor arquivístico e deve reforçar a memória institucional das confrarias e misericórdias. É evidente que este tipo de intervenções deve ser integrado numa política de gestão de arquivos mais vasta, que inclua soluções e instrumentos para a documentação produzida actualmente, regulando todo o seu ciclo de vida, bem como o destino

final de cada série (eliminação ou conservação permanente em arquivos históricos). O que pode ser feito através das tabelas de selecção²⁰. Esta é, seguramente, a melhor forma de evitar novas acumulações e o reaparecimento do problema. Por outras palavras, não basta proceder à avaliação das “massas documentais acumuladas” (MDA’s), apenas porque a organização tem um problema de falta de espaço e quer proceder a eliminações, ou tem um arquivo histórico e pretende salvar “documentação antiga com interesse” que está em risco. É preciso ir mais longe e articular estas medidas com planos mais globais de intervenção para a gestão da informação dos arquivos das confrarias e misericórdias.

3. EM TORNO DA IDENTIFICAÇÃO E DA AVALIAÇÃO

Em Portugal, o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), órgão de coordenação da política nacional de arquivos, no caso da documentação acumulada, para definir a que se há-de conservar permanentemente e a que se pode eliminar, difundiu uma metodologia de avaliação específica²¹, com base em princípios e critérios seguidos em diversos países, nomeadamente em Espanha²². Esta metodologia, que podemos considerar de “micro-avaliação”, centra-se na identificação e avaliação das séries documentais existentes²³, perante as quais se procura definir as que possuem valor secundário, ou seja, o “valor atribuído aos documentos de arquivo para efeitos de conservação permanente”, resultante “do conhecimento da sua utilidade para fins de investigação, na

²⁰ Em Espanha, designada por “tabla de evaluación”. Sobre este assunto, Pedro PENTEADO, «Os arquivos e a História das misericórdias em Portugal: Problemas e perspectivas». *Oceanos*, N.º. 35, (Julho-Setembro de 1998), pp. 90-97.

²¹ INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, *Orientações técnicas para avaliação de documentação acumulada*. Lisboa: IAN/TT, 1999.

²² José Luís LA TORRE MERINO e Mercedes MARTÍN-PALOMINO Y BENITO, *Metodología para la identificación y valoración de fondos documentales*. Madrid: MECDSGIP, 2000, sobretudo pp. 32-38.

²³ O termo pode ser contraposto ao de macro-avaliação [cf. Terry COOK, «Mind over matter: towards a new theory for archival appraisal». In: Barbara CRAIG (ed.), *The archival imagination: Essays in honour of Hugh A. Taylor*. Ottawa: ACA, 1992]. O trabalho prévio a esta avaliação (diagnóstico, constituição da equipa de trabalho, estudo orgânico-funcional, identificação de unidades de instalação, entre outros aspectos), encontra-se explicitado em Instituto dos ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, *Orientações técnicas...*, pp. 9-17.

medida em que possam assumir funções de testemunho para a preservação da memória colectiva e/ou da memória da entidade produtora²⁴. A avaliação é posteriormente consignada na referida tabela de selecção, em que, para cada série e sub-série, se fixam os prazos de conservação em fase activa e semi-activa e o destino final²⁵. No caso da avaliação da documentação acumulada das confrarias que possuem o estatuto de instituições particulares de solidariedade social, segundo a legislação em vigor, estas devem apresentar ao IAN/TT, para aprovação, um relatório de avaliação que deverá conter, além da tabela, os objectivos da avaliação, metodologia, contexto do universo documental identificado, modelos de auto de eliminação, auto de entrega e guia de remessa a utilizar nas fases seguintes e um plano de intervenção para a documentação de conservação permanente²⁶. Apenas depois da aprovação é possível proceder à eliminação dos conjuntos documentais que não possuem utilidade para a memória institucional e social, salvaguardando a restante.

Recentemente, foi publicado em Portugal um estimulante artigo da autoria de Fernanda Ribeiro e Armando Malheiro da Silva²⁷, em que os autores encaram a avaliação como uma operação metodológica mais vasta, orientada para o conhecimento e regularização dos sistemas de informação organizacionais e não um simples “procedimento técnico orientado para separar documentos desprovidos de «valor secundário» de outros considerados com interesse para fins de investigação, predominantemente histórica”. Recusando os conceitos usados na valoração tradicional e procurando acentuar factores endógenos aos sistemas organizacionais, os autores partem de três tipos de indicadores – pertinência, densidade e frequência da informação –, para estabelecerem a sua grelha de avaliação, tendo sempre como base um conhecimento prévio da es-

²⁴ Este valor distingue-se do valor primário, “valor primeiro e inerente aos documentos de arquivo, directamente relacionado com as razões que estiveram na origem da sua criação – cumprir funções de prova administrativa, legal ou financeira” (Instituto dos ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, *Orientações técnicas...*, p. 57).

²⁵ De acordo com esta perspectiva, a documentação em fase activa e semi-activa é aquela que, em teoria, se deveria encontrar, respectivamente, nos arquivos correntes e intermédios das organizações.

²⁶ INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, *Orientações técnicas...*, p. 32.

²⁷ «A avaliação em Arquivística. Reformulação teórico-prática de uma operação metodológica». *Páginas a&b*. N.º 5, (2000), pp. 57-113.

estrutura orgânico-funcional da(s) entidade(s) produtora(s) dos arquivos em análise. Pode, pois, afirmar-se que actualmente a comunidade arquivística portuguesa encontra-se perante duas concepções e metodologias diversas para a avaliação da informação arquivística, o que constitui um desafio técnico-científico estimulante para a prática da disciplina no país, sendo de esperar, nos próximos anos, desenvolvimentos neste domínio, bem como a aplicação destas metodologias em documentação acumulada de confrarias e misericórdias.

Quadro 2. *Posições teóricas sobre a avaliação da documentação de arquivo (Portugal, 2001)*

	<i>Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (1999)</i>	<i>Ribeiro e Silva (2000)</i>
Perspectiva da Arquivística:	Arquivística integrada ²⁸ [inclui Arquivística considerada no contexto das Ciências da Informação]	Arquivística como disciplina aplicada da Ciência da Informação
Paradigma em que se inserem:	Técnico e custodial (1898-1980) ²⁹	Científico e pós-custodial
Método preconizado para a Arquivística:	[Método baseado na aplicação de técnicas vocacionadas para a resolução de problemas inerentes a cada função arquivística]	Método quadripolar ³⁰
Perspectiva de arquivo:	Arquivo como sistema integrado de informação	Arquivo como sistema de informação (semi) fechado
Perspectiva da avaliação:	[Avaliação como função arquivística]	Avaliação como operação metodológica sobre o sistema de informação arquivo

²⁸ Sobre esta corrente, cf. Jean-Yves ROUSSEAU e Carol COUTURE, *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: D. Quixote, 1998 (rev. cient. trad. de P. Penteado).

²⁹ Caracterização de acordo com a perspectiva de Armando MALHEIRO DA SILVA et al., *Arquivística. Teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Afrontamento, 1998.

³⁰ Cf. Paul DE BRUYNE et al., *Dynamique de la recherche en sciences sociales*. Paris: PUF, 1974 e Michelle LESSARD-HÉBERT et al., *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas*. Lisboa: I. Piaget, 1994.

Objectivos da avaliação:	Libertação de espaço de conservação da documentação; Estabelecimento dos prazos de vida da documentação; Conservação permanente da documentação com valor secundário, após a sua vigência administrativa	Conhecimento do sistema de informação arquivo e definição da memória institucional, aspectos essenciais ao bom funcionamento do referido sistema e à gestão estratégica da informação na organização
Conceitos e/ou pressupostos teóricos básicos:	Princípio da proveniência ou respeito dos fundos; Princípio da ordem original; Teoria ou abordagem das três idades; Valor primário e valor secundário; (valor arquivístico); Arquivo, fundo, série, documento (entre outras unidades arquivísticas)	Informação social (e suas propriedades), fase genésica e pós-genésica da informação, arquivo, secções e subsecções, série arquivística, documento, acto informacional ³¹ ; Teoria sistémica
Critérios principais da avaliação:	Critérios de atribuição do valor secundário	Pertinência, densidade e frequência da informação
Principal instrumento da avaliação:	Tabela de selecção	Tabela de temporalidade ³² , (enunciando apenas as séries a eliminar)

Quadro 3. *Aspectos das etapas da avaliação*

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (1999) – Documentação acumulada *Ribeiro e Silva (2000)*³³

Análise de necessidades e diagnóstico [inclui avaliação do sistema de informação arquivo]

Constituição da equipa e definição da metodologia de trabalho

Estudo do contexto da produção do-

Constituição da equipa que vai efectuar a aplicação da metodologia de trabalho (modo participativo)

Conhecimento da estrutura orgânico-

³¹ A maioria destes conceitos encontram-se em *A avaliação em Arquivística...*, pp. 91-92.

³² Para os autores, as séries de conservação permanente devem apenas ser alvo de descrição arquivística (*A avaliação em Arquivística...*, p. 94).

³³ A metodologia enunciada não se refere ao caso da documentação acumulada em particular.

cumental ³⁴	funcional ³⁵
Levantamento, descrição e análise da documentação (unidades de instalação e série)	Levantamento, descrição e análise da documentação
[Contextualização da produção documental; classificação]	Quadros de contextualização da produção documental ³⁶
Avaliação	Avaliação
Elaboração da tabela de selecção e inclusão num Relatório de avaliação	[Elaboração da tabela de temporalidade]

4. EXPERIÊNCIAS EM CURSO

Actualmente, em Portugal, estão em curso, pelo menos, dois projectos no domínio da avaliação da documentação acumulada das organizações confraternais, ambos sob a nossa coordenação: um na Confraria de Nossa Senhora da Nazaré e outro na Misericórdia de Sintra³⁷. O primeiro iniciou-se no Verão de 2001 e o segundo no presente ano, no mês de Agosto. Sobre estes dois casos, limitamo-nos a fornecer a seguinte breve perspectiva comparativa³⁸.

Quadro 4. <i>Documentação acumulada: os casos da Nazaré e de Sintra</i>		
<i>Características do caso</i>	<i>Confraria de Nossa Senhora da Nazaré</i>	<i>Santa Casa da Misericórdia de Sintra</i>
Tipo de instituições perante o Direito Civil:	Instituição particular de solidariedade Social	Instituição particular de solidariedade Social
Tipo de instituições	Associação pública de fideis	Associação privada de fideis

³⁴ Este estudo pode-se fazer em simultâneo com a etapa 3, ou previamente.

³⁵ Sobre esta e as suas fontes, *A avaliação em Arquivística...*, p. 107.

³⁶ Um dos melhores exemplos da realização destes quadros, no âmbito de um processo de avaliação, em Fernanda RIBEIRO e M. Eugénia M. FERNANDES, *Universidade do Porto. Estudo orgânico-funcional...* Porto: RU, 2001.

³⁷ Ambos os casos estão integrados no nosso projecto de pesquisa para fins de doutoramento.

³⁸ Nazaré: *cf.* o nosso artigo «A avaliação de documentação acumulada para a história das confrarias e peregrinações: o caso de Nossa Senhora da Nazaré (Portugal)», em publicação em Espanha, nas actas do *XVI Congreso de la Asociación de Archiveros de la Iglesia en España*, realizado em 2000, em Saragoça.

Sintra: *cf.* Pedro PENTEADO, Carlos MANIQUE, Cláudia HENRIQUES e Hélio BALINHA, «A identificação e a avaliação da documentação acumulada nas Misericórdias: o caso de Sintra», em publicação nas actas das *Jornadas realizadas em Penafiel*, em Outubro de 2001 (org. Arquivo Municipal).

perante o Direito Canónico:		
Subordinação – Estado (como IPSS)	Ministério do Trabalho e da Solidariedade	Ministério do Trabalho e da Solidariedade
Subordinação – Igreja	Patriarcado de Lisboa	Patriarcado de Lisboa ³⁹
Federações de pertença:	União das Misericórdias Portuguesas	União das Misericórdias Portuguesas
Arquivo corrente:	Dependente da Secretaria	Dependente da Secretaria
Arquivo Intermédio	Gestão efectuada pelo serviço de Arquivo Histórico, desde 2000 (2 depósitos, com documentação acumulada, quase toda identificada e em processo de avaliação)	-
Arquivo Histórico:	Inauguração de instalações e criação do serviço de Arquivo Histórico, em 1999	Existe desde 1984, integrado nos Serviços Culturais.
Documentação acumulada:	Em processo de identificação e avaliação	Em processo de identificação e avaliação a documentação acumulada que se encontra no depósito da Acção Social ⁴⁰
Dimensão da documentação acumulada:	Ca. de 1600 unidades de instalação	Ca. de 1360 unidades de instalação
Riscos de conservação:	Antes do início do projecto de avaliação da documentação acumulada, uma parte encontrava-se numa cave, em mau estado de conservação, tendo sido higienizada, transferida, e melhoradas as suas condições de preservação	-
Início dos projectos de avaliação da documentação acumulada:	Verão 2000	Verão 2001
Identificação/descrição:	Nível de unidade de instalação (mais de 75% completa) Nível de série (incompleta) Nota: descrições informativas	Nível de unidade de instalação (incompleta) Nível de série (incompleta) Nota: descrições informativas com recurso a Access

³⁹ Sobretudo em casos de missas por encargos pios e por sufrágio de benfeitores.

⁴⁰ Existe ainda um depósito na sede, com documentação acumulada, cuja identificação para avaliação poderá decorrer em 2002.

	zadas com recurso a Access	
Pessoal técnico envolvido (campanhas de Verão):	1 técnico superior de arquivo (coordenação); 1 técnico superior (em 2001); 2 técnicos de arquivo de nível médio (apenas 1, em 2001); 1 técnico de arquivo de nível médio	1 técnico superior de arquivo e 1 técnico superior (coordenação); 2 técnicos de nível médio (finalistas de licenciatura)
Estudo do contexto orgânico-funcional	Adiantado	Iniciado
Avaliação	Próximo ano	Sem previsão a curto prazo (o seu início depende de vários factores).
Metodologia de avaliação	Prevê-se a utilização das duas metodologias, para fins científicos (IAN/TT; Ribeiro e Silva)	Prevê-se a utilização das duas metodologias, para fins científicos (IAN/TT; Ribeiro e Silva)
Fundos identificados (com datas extremas aproximadas) ⁴¹	Real Casa de Nossa Senhora de Nazaré/Casa da Nazaré (Séc. XVIII - 1934); Confraria de Nossa Senhora da Nazaré (1926 - 2000...); Paróquia da Pederneira (Séc. XX); Comissão de Assistência Municipal - Nazaré (1965-1971) e Monsenhor Fialho ⁴² (Meados do Séc. XX).	Santa Casa da Misericórdia de Sintra (1898-2000); Comissão Coordenadora do Hospital de Sintra (1974-1976); Associação de Socorros Mútuos <i>3 de Outubro de 1884</i> (1884-1969); Associação de Caridade de Sintra (1955-1969) e Casa do Povo de S. Martinho e S. ^a Maria de Sintra (1983-1991).

Gostaríamos, no entanto, de sublinhar que, embora ambos ainda se encontrem a decorrer⁴³, os primeiros resultados permitiram já constatar a importância do tipo de intervenção preconizada, nomeadamente no caso da Confraria de Nossa Senhora da Nazaré, no centro do país. Assim, nesta Confraria, cujo projecto se encontra em fase mais avançada, a intervenção realizada permitiu já salvar documentação que se encontrava

⁴¹ Os dados dizem respeito a Setembro de 2001.

⁴² Trata-se entre outros, de uma cronologia histórica do Santuário, elaborada por aquele eclesiástico.

⁴³ Os trabalhos em questão, devido ao facto dos projectos recorrerem a estagiários universitários e pós universitários, para além de técnicos profissionais de arquivo, não mantém a regularidade desejada, concentrando-se actividades sobretudo no Verão.

em mau estado de conservação e em estado de contínua degradação; identificar documentação fundamental para fins administrativos e de pesquisa retrospectiva; introduzir as primeiras medidas para gerir a documentação em fase semi-activa e completar séries fundamentais existentes já no Arquivo histórico. Estes primeiros indicadores do sucesso da iniciativa tiveram também a vantagem de permitir uma maior sensibilização dos órgãos dirigentes para a utilidade do projecto arquivístico em curso e obter o seu empenhamento em levá-lo o mais longe possível, paralelamente aos esforços já realizados no que concerne ao arquivo histórico da Confraria, assumido como uma conquista prestigiante para a administração. O objectivo mais vasto é a elaboração, a médio prazo, de um sistema integrado de arquivo na instituição, de acordo com políticas coerentes de gestão da informação arquivística; um sistema que integre instrumentos capazes de fornecer soluções coerentes para evitar os problemas enunciados (sobretudo a tabela de selecção). Até porque, como escreveu Marie-Anne Chabin, «la conscience humaine de l` utilité ou de l` inutilité des archives est subjective et fluctuante si elle n` est pas assistée par des outils qui la cautionnent et qui en assurent la transmission : une bonne organisation de l` archivage est le seul rempart face aux aléas de la discrimination naturelle»⁴⁴ de que os arquivos, e os das confrarias e misericórdias em particular, são vítimas frequentes.

⁴⁴ *Le management de l'archive*. Paris: Hermès, 2000, p. 64.